

SUBSTITUIR ESTA PÁGINA PELA SEPARATRIZ: APÊNDICES



APÊNDICE 1

LEVANTAMENTOS E DIAGNÓSTICO

Este apêndice compreende a íntegra dos textos originais dos levantamentos e respectivo diagnóstico elaborados pela **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL** para o Plano Diretor Participativo do Município de Ponta Grossa, sendo estruturado nos seguintes itens:

- aspectos regionais;
- aspectos ambientais;
- aspectos socioeconômicos;
- aspectos socioespaciais;
- aspectos de infra-estrutura e serviços públicos;
- aspectos institucionais.

1.1

ASPECTOS REGIONAIS

A expressão "Campos Gerais do Paraná" foi consagrada por MAACK (1948), que a definiu como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Nessa definição, a região é ainda limitada à área de ocorrência desta vegetação que a caracteriza situada sobre o Segundo Planalto Paranaense, no reverso da Escarpa Devoniana, a qual o separa do Primeiro Planalto, situado a leste (Figura 1).



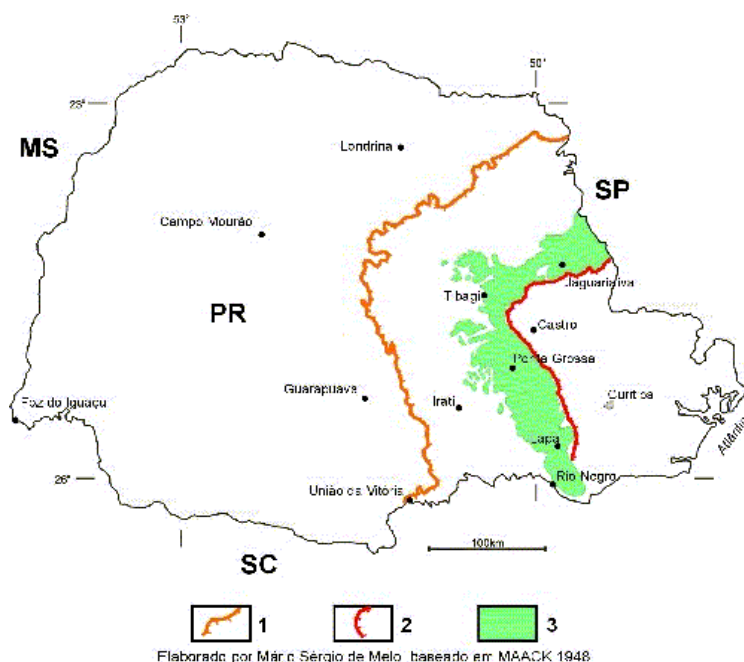


Figura:
OS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ, SEGUNDO SUA DEFINIÇÃO ORIGINAL

Fonte:
MAACK (1948)

Notas:
1: Escarpa da Serra Geral;
2: Escarpa Devoniana;
3: Extensão original dos campos naturais no Segundo Planalto Paranaense.

Trata-se de uma definição que integra critérios fitogeográficos e geomorfológicos, que por sua vez exprimem a estrutura geológica e natureza das rochas, responsáveis pelos solos rasos e arenosos, pouco férteis, que favorecem a vegetação de campos, e o aparecimento do limite natural representado pela Escarpa Devoniana, um degrau topográfico que em vários locais ultrapassa 300 m de desnível. Os Campos Gerais do Paraná, extensa região de terras de cerca de 12.000 km, onde naturalmente predominam planícies com "campos limpos", estão localizados no segundo planalto paranaense e tem sua história ligada ao processo de ocupação e integração do sul do Brasil.

Evidências e sítios arqueológicos apontam para a existência de grupos indígenas nos Campos Gerais pelo menos desde 2.500 a.C.. Populações de origem Tupi-Guarani, também deixaram vestígios – como pinturas rupestres - em diversos pontos

dos Campos Gerais, através dos quais estima-se que tais povos já se encontravam na região pelo menos por volta de 500 a 1000 d.C.. O conhecido “Caminho do Peabirú”, estabelecido antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil, passava por alguns pontos nos Campos Gerais, próximos dos Campos de Castro (aldeia de Abapany), o que reforça a idéia de uma antiga presença indígena na região. Outro caminho que ainda deixa rastros da ocupação indígena na região é a via que ia acompanhando a Escarpa Devoniana, e onde os sinais de presença de tribos indígenas podem ser aferidos pela grande quantidade de pinturas rupestres.

A ocupação do território paranaense se iniciou no litoral e pode ser dividida em três grandes fases: século XVII – ocupação do litoral e do planalto curitibano; século XVIII – conclui-se a ocupação dos Campos Gerais; século XIX – ocuparam-se os campos de Guarapuava e os de Palmas. Assim, até meados deste século, o processo de interiorização se conclui constituindo o chamado Paraná tradicional.

A região dos Campos Gerais, no início de sua colonização, estava sob a jurisdição da Coroa Espanhola, e abrigou, embora por um período relativamente curto de tempo, algumas reduções jesuíticas. Com a paulatina ocupação do interior sul do Brasil pelos portugueses, estas reduções foram se deslocando cada vez mais para o oeste e para o sul, fixando-se na região das Missões, no Rio Grande do Sul e do Guayrá, em território hoje do Paraguai. As evidências da passagem de bandeirantes paulistas pelo território dos Campos Gerais nos séculos XVI e XVII é esparsa e fragmentada. Porém é possível inferir sua presença, principalmente daqueles que visavam a busca de ouro e pedras preciosas, pela própria dinâmica de ocupação da Região.

A ocupação das terras dos Campos Gerais se iniciou logo na primeira década do século XVIII. Local próprio para o desenvolvimento da pecuária (tendo o seu limite sul no vale do Rio Iguaçu e extremo norte demarcado pelo Rio Itararé), os Campos Gerais tornaram-se então passagem obrigatória na rota do comércio que levava gado e muares do Rio Grande para o abastecimento de São Paulo e das Minas

Gerais. A necessidade de abastecimento colonial tanto impulsionou o mercado interno brasileiro, possibilitando a gradativa integração das economias regionais, como favoreceu, também, a ocupação de regiões do interior paranaense. A ligação inter-regional se fazia pelo Caminho do Viamão, que compreendia três rotas, sendo a via mais utilizada denominada Estrada Real, passando pelos campos de Vacaria, Lages, Campos Gerais e Itararé, chegando a Sorocaba.

O povoado dos Campos Gerais foi começado em 1704, por iniciativa dos nobres paulistas José Góis de Moraes e Pedro Taques de Almeida, secundados por outros membros da ilustre linhagem, que no mencionado ano requereram grandes sesmarias no território paranaense, abrangendo desde a margem esquerda do rio Itararé às cabeceiras do Tibagi.

José Goes de Moraes enriqueceu com sua criação de gado nas sesmarias de Rio Verde, Itaiacoca, Pitanguí, Carambeí e São João, e nas lavras auríferas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Desistiu então de expandir seus territórios limitando-se aos lucros de seus vastos latifúndios.

Em 1723 requereu o desdobramento da Sesmaria de Itaiacoca, desistindo de suas pretensões além do rio Pitanguí. Em agosto doou a Sesmaria de Itaiacoca, até o Pitanguí, à Companhia de Jesus, cujos missionários com sua permissão haviam ali construído, em 1707, uma capelinha em taipa em honra de Santa Bárbara, e a visitavam esporadicamente, ministrando o Santo Ofício e os Santos Sacramentos aos moradores da região.

Com o correr dos tempos, as sesmarias foram se desdobrando: com a morte de seus proprietários, os herdeiros dividiam as terras ou vendiam, e novos moradores aqui chegavam. O movimento aumentava ano a ano. O caminho de tropas, que primitivamente passava pelas fazendas Cambijú e Itaiacoca, foi desviado, pois a Freguesia de Sant'Ana do Iapó atraía com seu comércio, e os tropeiros neste desvio acampavam junto ao Capão da Ponta Grossa. (Pinhal, que visto de longe, parecia projetar-se numa ponta grossa).

A Freguesia de Sant'Ana do Iapó em 20/01/1789, foi erigida à Vila de Castro.

O governo da nova vila mandou abrir estradas e construiu aterros no antigo caminho usado pelos tropeiros. Isso fez com que daí por diante todos seguissem esse roteiro, e não demorou muito que o pouso da Ponta Grossa fosse conhecido tanto quanto a Vila de Castro, pelos viajantes que vinham do Sul. (Ponta Grossa de ontem: Profª Giusela V. Frey Holzmann)

Motivados por um interesse na exploração do comércio pecuário, os pedidos para concessão de sesmarias nos Campos Gerais atingiram um total superior a 90 até meados do século XVIII. Tais pedidos, porém, não indicavam necessária intenção dos sesmeiros em estabelecer residência fixa na região. Isso se comprova pelo alto índice de absenteísmo dos sesmeiros que, não residindo em suas terras, entregavam a administração aos "fazendeiros". As sesmarias se diferenciavam pela extensão e localização, formando fazendas, sítios e chãos urbanos. O recenseamento de 1772 indicou a existência de 50 grandes fazendas e 125 sítios na região dos Campos Gerais. Foi o gradativo processo de partilha dessas sesmarias, por venda, herança e doação, que contribuiu para a valorização da terra e fixação das populações campeiras. A respeito da origem dos sesmeiros, as diferentes análises existentes permitem concluir que tinham procedência múltipla - São Paulo, Santos, Paranaguá e Curitiba - pertencendo a famílias ricas e poderosas desses locais. As sesmarias eram concedidas pela Coroa portuguesa, através de seus representantes na administração colonial. Impunha-se como condição para a doação que o pretendente comprovasse dispor de cabedais. Sua concessão conferia o direito de uso da terra, reforçando o prestígio e poder das famílias proprietárias e ampliando as distinções sociais. As primeiras sesmarias dos Campos Gerais foram concedidas a vários integrantes da família de Pedro Taques de Almeida: o latifúndio compreendia as áreas dos atuais municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. Dos seus beneficiados, membros da sociedade paulista, apenas Inácio Taques de Almeida passou a residir na região.

As sesmarias deram origem às primeiras grandes fazendas dos Campos Gerais, voltadas para a produção de gêneros de subsistência e para atividades diversas, com destaque para a fabricação de laticínios. Contudo, a principal atividade

dessas fazendas estava direcionada para a pecuária, com a criação local ou com a invernagem do gado vindo do extremo sul.

Os Campos Gerais se caracterizam historicamente como uma região de caminhos e passagens. A cidade de Ponta Grossa - uma das mais importantes dos Campos Gerais - tem, portanto, sua história visceralmente ligada a essa característica de local de passagem, sendo, inclusive, chamada de "Cidade Encruzilhada", para a qual todos os caminhos convergiam.

Passagem na ligação entre o sul e o centro do Brasil, a região dos Campos Gerais tornou-se, em razão da abundância e qualidade de seus campos de pastagem, uma parada obrigatória entre os comerciantes de gado. Pouco tempo depois de iniciadas as atividades tropeiras, a região se apresentava como uma das mais atrativas do sul brasileiro.

Ponta Grossa surgiu como mais um povoado ao longo do Caminho das Tropas, da mesma forma que várias outras cidades paranaenses como Palmeira, Castro, Lapa, Piraí do Sul, entre outras. Sem exceção essas cidades originaram-se como pequenos vilarejos vinculados às atividades desenvolvidas pelas fazendas da região e pelo movimento dos tropeiros, que, aqui e ali, fixavam seus ranchos e pousos para descanso e engorda de seus rebanhos.

Os caminhos que cruzavam os Campos Gerais e Ponta Grossa são algumas das primeiras vias de ligação do sul do Brasil com o restante do país e dos Campos de Guarapuava e do oeste do Paraná com Curitiba. Os caminhos que passavam por Ponta Grossa e seu entorno e suas relações com a história do município podem ser sumariamente descritos, numa perspectiva cronológica generalizante, da seguinte forma:

- uma primeira via de ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo que cruzava os Campos Gerais, pelo alto da Serra do Purunã, balizada pelas fazendas e suas capelas, na primeira metade do século XVIII.
- as vias que se abriram com a urbanização dos entrepostos das rotas tropeiras,

processo que se inicia com as entradas de Afonso Botelho para os Campos de Guarapuava na década de 1770 e que, na ligação norte-sul, se manifesta com a elevação de Castro a Vila em 1777. Neste processo, as fazendas geraram núcleos urbanos e antigos pousos de tropas foram, paulatinamente, se transformando em vilas.

- no começo do século XIX, a região de Ponta Grossa, ainda não urbanizada, passa a ser cada vez mais um espaço de confluência entre os caminhos que ligavam o Rio Grande a São Paulo e os Campos de Guarapuava e do Tibagi a Curitiba.
- os meados do século XIX marcam a consolidação de uma rota definitiva para o caminho Sorocaba-Viamão e, nos Campos Gerais, se consolida a importância de Ponta Grossa como encruzilhada integradora das rotas norte-sul com as leste-oeste, ou seja, as ligações entre o Rio Grande e São Paulo e os Campos de Guarapuava e do Tibagi com Curitiba e Paranaguá.

Foi ao longo do século XIX que as vilas adquiriram uma conformação urbana, deixando de ser um complemento da vida rural. Tornaram-se centro de resoluções de questões políticas e pólo de atração de populações, inclusive das fazendas. Diversificaram-se ali as atividades econômicas, conferindo-se-lhes uma dinâmica própria. Essa realidade emergente propiciou um novo ordenamento do convívio, com a instauração da Justiça e a elaboração de Códigos de Posturas, regulando o cotidiano do cidadão.

Sendo assim, as últimas décadas do século XIX foram marcadas pela contraposição entre a consolidação dos núcleos urbanos e a retração da economia rural nos Campos Gerais.

Essa economia foi quase auto-suficiente e que oportunizou o poderio dos fazendeiros declina pouco a pouco viabilizando o desenvolvimento das cidades. Com a transformação do uso da propriedade, partilhada entre o criatório e a invernagem, com a predominância desta, que acompanhou a mudança do fazendeiro em tropeiro, e com a ampliação da economia monetária que a isso se

seguiu, desenvolveu-se o comércio contra a auto-suficiência das fazendas, começando o predomínio das cidades.

O povoado que viria mais tarde receber a denominação de Ponta Grossa surgiu, em função de sua situação privilegiada na encruzilhada dos caminhos. Em 15 de setembro de 1823 Ponta Grossa foi elevada a Freguesia. Nesse momento grande parte de sua população estava dispersa entre alguns núcleos como os de Carrapatos, Conchas, Taquaruçu e Itaiacoca, entre outros. Do ponto de vista político, Ponta Grossa estava atrelada a Castro. A obtenção de recursos, a concessão de alvarás e mesmo o recebimento das ordens imperiais dependiam das autoridades castrenses. Entre os primeiros moradores de Ponta Grossa estavam vários tropeiros de renome como Domingos Ferreira Pinto, Jesuíno de Matos, Joaquim Ferreira Pinto, Capitão Miguel da Rocha Carvalhaes, entre outros. É fundamental, também, destacar a presença dos negros na composição original da população ponta-grossense. Os negros - escravos ou libertos -, estiveram presentes em todo processo de formação de Ponta Grossa, participando do cotidiano local e contribuindo na composição étnica, econômica e cultural da cidade.

Logo após a elevação do Paraná à Província em 19 de dezembro de 1853, o fazendeiro pontagrossense José Matias Guimarães, vice-presidente da Assembléia Constituinte do estado, apresentou no ano de 1854 o projeto solicitação que Ponta Grossa passasse à categoria de Vila. Em 07 de abril de 1855, Ponta Grossa foi elevada à Vila e, pouco tempo depois, em 24 de março de 1862, à condição de Cidade.

Pela Lei nº 281 de 15/04/1871 a cidade deixou de se chamar Ponta Grossa e passou a ser Pitangui.

E pela Lei nº 309 de 05/04/1872 voltava novamente à denominação de "Ponta Grossa". (Ponta Grossa de ontem: Profª Giusela V. Frey Holzmann)

A nova cidade foi rapidamente se consolidando como ponto de referência regional e local de pouso e invernagem preferido pela maioria dos patrões de tropas da época. Mas, aos poucos a estrutura sócio-econômica de Ponta Grossa

passou por consideráveis mudanças. Notava-se uma crescente concentração de pessoas no meio urbano e a diversificação das atividades econômicas. A produção, beneficiamento e comercialização da erva-mate, do gado e da madeira aumentavam e começavam a disputar mercados cada vez mais amplos.

Nascida sob a hegemonia das fazendas, Ponta Grossa crescia e tinha novas ambições: um teatro (1873), uma biblioteca (1876) indicadores do novo vigor e mentalidade arejada de seus habitantes. O núcleo urbano ponta-grossense entrava em uma fase de expansão. Foi nessa época, no dia 26/05/1880 que recebemos a visita ilustre do imperador D. Pedro II a Ponta Grossa. (Ponta Grossa de ontem: Profª Giusela V. Frey Holzmann) A população local em 1890 atingia a casa dos 4.774 habitantes. No início do século XX, a cidade respirava um "clima urbano" contando com bandas musicais que disputavam espaço para as apresentações, cinema, luz elétrica, associações beneficentes e hospital.

Esse clima é descrito por Raul Gomes na crônica "Ponta Grossa de Hoje". As palavras do cronista retratam uma cidade pujante, movimentada. No dizer de Gomes "à noite o povo flana nas ruas, penetra nas lojas, enche os três cinemas, freqüenta os clubs". O cronista destaca ainda o espírito empreendedor da população que torna a iniciativa privada mais eficiente que a dos poderes públicos. O crescimento urbano traz novas necessidades à cidade: calçamento das ruas - para aliviar os problemas causados pelo pó e pela lama principalmente aos estabelecimentos comerciais; os serviços de água e esgoto - compatível com as novas concepções de higiene e conforto; a construção de um mercado e de um matadouro - com capacidade para atender às reais necessidades da população.

Os cinemas, citados por Raul Gomes, não eram os únicos espaços de lazer e sociabilização da sociedade ponta-grossense. Companhias Circenses apresentavam-se com freqüência na cidade, recebendo sempre grande público.

Por sua vez, as praças também se constituíam em um dos principais pontos de encontro da sociedade local. A Praça João Pessoa, localizada diante da Estação Ferroviária (Estação Saudade), constituía-se num local em que muitas famílias

concentravam-se, sobretudo nas noites de verão. Nesta mesma praça a população local reunia-se espontaneamente sempre que autoridades ou pessoas ilustres chegavam à cidade. As praças também eram locais onde se realizavam comemorações cívicas e celebrações religiosas. Outro costume próprio dessa época eram as retretas que ocorriam na Praça da Matriz ao entardecer de domingo. A importância da cidade provém em grande parte de sua localização estratégica: entroncamento rodo-ferroviário do interior do estado ligando as principais regiões econômicas e os centros políticos.

Os trabalhos voltados para atender as necessidades das fazendas da região, uma tímida atividade comercial e um arremedo de produção industrial, eram elementos que caracterizavam a realidade cotidiana ponta-grossense. Contudo, na última década do século XIX, Ponta Grossa passou por um momento inovador, o qual foi capaz de produzir uma das maiores mudanças já vividas pela cidade. A chegada de duas ferrovias – Estrada de Ferro do Paraná e Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – produziu efeitos de grande porte, levando Ponta Grossa rapidamente a situação de principal cidade dos Campos Gerais. Em 1893 Ponta Grossa tornou-se o ponto terminal da Estrada de Ferro do Paraná, E.F.P.R., ligando-se diretamente com a capital do Estado e com o litoral paranaense, em especial com o movimentado Porto de Paranaguá. Em 1896 foi a vez da instalação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, E.F.S.P.R.S., que localizou em Ponta Grossa não só as oficinas dessa ferrovia, mas também sua Estação Central. Assim, a cidade, que já possuía alguns elementos urbanos importantes, obteve, com a ferrovia, um grande impulso para seu desenvolvimento urbanístico. A ferrovia possibilitou maior integração à economia nacional e proporcionou à iniciativa privada o estabelecimento de pequenas e médias empresas que industrializavam, armazenavam e comercializavam em Ponta Grossa os produtos transportados pela ferrovia, com destaque para a erva-mate, madeira e gado.

A pacata Ponta Grossa rapidamente desapareceu. Uma “nova Ponta Grossa” emergiu e trouxe consigo todos os elementos da modernidade capitalista que então se estabelecia no país. A “Cidade Encruzilhada”, através da ação das



ferrovias, naquele momento o maior símbolo dessa modernidade, abriu-se para uma nova fase. Um estudo sobre a cidade revela que "as primeiras décadas do século XX constituem uma conjuntura extremamente favorável para a economia ponta-grossense", o que pode ser constatado pela elevação na arrecadação de impostos, pelas obras construídas nessa fase, quando da instalação de várias fábricas e estabelecimentos comerciais cujos proprietários, em grande maioria, eram imigrantes.

As indústrias nascentes impulsionaram a economia local, absorvendo uma expressiva mão-de-obra o que ocasionou intenso processo de migração do interior do Paraná em direção a Ponta Grossa. Além das indústrias, é importante ressaltar que a própria ferrovia configurou-se como grande geradora de oferta de empregos na cidade e nos Campos Gerais.

Migrações estrangeiras espontâneas e esporádicas sempre ocorreram para o território brasileiro. O grande movimento migratório oficial, contudo, só se verificou na década de 1870, quando para o Paraná vieram em grande número os russos-alemães. Em 1877/1878 chegaram em Ponta Grossa, 2.381 russos-alemães (onde 1.641 tinham mais de 10 anos, 461 tinham entre 10 e 3 anos e 274 tinham menos de 3 anos) (plano diretor de turismo) que se estabeleceram na Colônia Octávio, subdividida em 17 núcleos, afastados do centro urbano. Entre as colônias de imigrantes que prosperaram, podemos citar Uvaranas, Neves, D. Luiza, Adelaide, Moema, Botuquara, Rio Verde e Taquari (plano diretor de turismo). A partir de então outros grupos foram chegando à cidade e a ela se integrando. Entre os de maior importância estão os poloneses, alemães, russos, italianos, sírios, austríacos e portugueses. A presença desses imigrantes trouxe mudanças para as regiões paranaenses onde se instalaram, impulsionando, sobretudo, as atividades industriais. Essa atitude modernizadora ocorreu também em relação a outros setores como comércio, transporte e cultura. Tais atividades muitas vezes ocorreram em função das dificuldades com a atividade agrícola que os levaram a migrar para a zona urbana. Em 1980 o censo já registrava em Ponta Grossa 4.774 habitantes (plano diretor de turismo). A cultura alemã, na visão de muitos autores, apresenta um

caráter associativo, o que incentivou a fundação de clubes e associações em muitas cidades paranaenses, entre elas Ponta Grossa. Nessa cidade as iniciativas para a fundação de um clube dos alemães data de 1896. No fim do século XIX e início do século XX, já consta a fundação de clubes sociais devido à cultura européia, podendo citar como exemplos: Dante Alighieri, Germânia, Polonesa Renascença, Thália, União Syria. O clube 13 de maio simboliza a comunidade negra (plano diretor de turismo).

O crescimento econômico de Ponta Grossa levou-a a condição de pólo regional no Paraná, ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, exercendo grande influência na sua área de abrangência. Ocupou a posição de segunda cidade do Estado no que diz respeito ao contingente populacional. Em 1908 superou a casa dos 15.000 habitantes (triplicou num espaço de 18 anos, devido à chegada de brasileiros e imigrantes europeus, trazidos pela ferrovia onde encontravam todas as condições de “bem viver”) (plano diretor de turismo). Em 1920 chegou a 20.171 pessoas (ultrapassando a população de Castro e se firmando como a segunda maior cidade do Estado (Economia Paranaense: estudo de setores selecionados). Em 1940, contava com 38.417 habitantes. A posição de destaque da cidade se confirma, também, pela criação do Bispado em 1926 cuja diocese compreendia doze paróquias em toda região dos Campos Gerais.

Foi no início do século XX um dos mais pujantes em toda a história da cidade. Foi quando surgiram grandes conquistas, entre elas podemos citar o contrato entre a PMPG e a empresa Guimarães & Ericksen, viabilizando a implantação do serviço de fornecimento de iluminação pública e particular da cidade, condição determinante para o grande desenvolvimento industrial.

Foi também, nestes primeiros anos que surgiram novas praças, sendo que até a década de 1930, já contávamos com as praças: Barão do Rio Branco, Barão de Guaraúna, Duque de Caxias, João Pessoa, Getúlio Vargas e Floriano Peixoto.

No IBGE de 1930, 75% de toda população concentrava-se no meio urbano, maior índice do Estado, ganhando de Curitiba (50%) e Paranaguá (30%) (plano diretor de



turismo).

De acordo com o relatório do prefeito Albary Guimarães, que administrou a cidade de 1934 a 1944, verificaram-se transformações na cidade evidenciadas por dados, tais como: aumento dos investimentos na área de educação, ampliação e construção de edifícios de interesse público (onde podemos citar alguns exemplos importantes: prédios do Correio e Telégrafos, Caixa Econômica Federal, Jôquei Club Ponta Grossa, Quartel de Infantaria Divisionária, Escola de Farmácia e Odontologia, Pavilhões da Escola dos Trabalhadores Rurais, Palace-Hotel, aumento do prédio do ginásio Regente Feijó e ampliação dos pavilhões do 13º regimento de infantaria), (plano diretor de turismo) melhorias nas áreas de saúde com a criação da Maternidade Pública e de cinco Postos de Puericultura e de saneamento básico, reforma e remodelação dos logradouros, ampliação da rede de iluminação pública atingindo os três principais bairros de Ponta Grossa (Nova Rússia, Oficinas e Uvaranas), calçamento poliédrico nas principais ruas da cidade, crescimento do patrimônio predial urbano, onde em 1934 registrava-se 5.246 prédios na cidade (plano diretor de turismo), atingindo em 1944 o número de 6.958 construções, onde 473 novas edificações foram construídas somente no ano de 1939(plano diretor de turismo). A cidade definitivamente firmava-se em razão de sua infra-estrutura e desenvolvimento, num local de convergência de pessoas vindas de todas as partes do Brasil e mesmo do exterior.

O crescimento de Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX se inscreve num contexto nacional de desenvolvimento econômico e urbanização que favorece, sobretudo as regiões sudeste e sul do país. Esse desenvolvimento resulta de uma conjugação de fatores como capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria prima disponível e barata, capacidade energética e um sistema de transportes ligando as zonas de produção aos portos.

Paralelamente, à crise das regiões agrícolas de culturas tradicionais, as regiões economicamente com o melhor desempenho atraem contingentes populacionais marginalizados pela manutenção da estrutura latifundiária. Se uma parte dessa

população migra para o campo, uma outra parte sente-se atraída pelas cidades. Entre estas aquelas que são capitais regionais ou que representam etapas importantes de corredores de exportação são as que mais atraem pela perspectiva de emprego que podem oferecer. Esse quadro não tem a mesma plenitude em toda a região dos Campos Gerais. Algumas cidades, como Castro, ao contrário de Ponta Grossa, perdem importância regional. Apesar das diferentes condições econômicas os municípios dessa região apresentavam um quadro político semelhante nos anos 30. A conjuntura econômica favorável em Ponta Grossa nos anos 20 e 30 possibilitou um discurso de enaltecimento à cidade similar ao do Movimento Paranista. Artigos do jornal Diário dos Campos apresentam uma imagem idealizada da cidade e projetam um futuro promissor.

Também chamada de “Capital Cívica do Paraná” devido aos acontecimentos em que se viu envolvida no ano de 1930, quando da permanência de Getúlio Vargas com sua comitiva nesta cidade. Aguardava ele o desenrolar dos acontecimentos políticos no Rio de Janeiro. E foi em Ponta Grossa que recebeu a notícia da instalação de uma junta governativa formada por Tasso Fragoso, Isaias de Noronha e Mena Barreto, que o informavam da resolução de o colocarem na presidência da república. (Ponta Grossa de ontem: Profª Giusela V. Frey Holzmann)

A década de 1940 marcou o início de um novo período na história paranaense. Foi a partir desse período que o norte, o nordeste e o sudoeste do Estado começaram a vivenciar um incremento populacional motivado pelas atividades agrícolas e pela pecuária.

Paralelamente ao deslocamento do eixo político no Estado - que conduziu à diminuição da força política dos Campos Gerais -, outra mudança também afetou a região e, por consequência, Ponta Grossa, desta vez no aspecto econômico: o início do declínio das ferrovias.

A melhoria do sistema rodoviário, iniciada na década de 1940 e intensificada na década de 1950, aliada à chegada da indústria automobilística ao Brasil, produziu um efeito devastador na economia ponta-grossense, centrada em suas relações

com a ferrovia. Nesse momento, de forma bastante rápida, Ponta Grossa tem sua cômoda situação de principal pólo político e econômico do interior paranaense alterada. A cidade entra em um novo ciclo, no qual ela tem que rivalizar política e economicamente com novos centros emergentes.

Ao mesmo tempo, a expansão da malha rodoviária por todo o Paraná e por todo o país, interligando os principais centros urbanos regionais e produzindo a unificação de mercados nacionais, diminui a função de entreposto comercial historicamente exercida por Ponta Grossa.

Ao chegar a década de 1950, encontramos uma nova realidade. O Paraná buscava uma nova identidade regional devido ao crescimento vertiginoso de sua população, a ampliação de suas fronteiras e o impulso econômico da lavoura cafeeira. A terra roxa e o café fizeram a riqueza e a importância política de sua região norte.

Nesse contexto, iniciou-se também para Ponta Grossa um novo período histórico. A cidade, historicamente vinculada ao tropeirismo e a economia agrária -a Ponta Grossa camponesa-, e que no princípio do século XX experimentou um momento de euforia urbano capitalista - a Ponta Grossa princesa -, ingressou numa fase correspondente àquela vivida pelo Paraná. A busca de uma nova identidade transformou-se no grande desafio para os ponta-grossenses a partir de então.

Mas uma nova conjuntura econômica passa a ser vivida pela cidade na década de 1970. Essa "nova conjuntura" iniciou-se em 1969, quando, em sintonia com os modelos estadual e nacional, o município investiu maciçamente em sua industrialização. Por meio da Lei 2.157, na gestão do então prefeito Cyro Martins, foi criado o Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa – PLADEI, através do qual o município passou a estimular a vinda de grandes indústrias nacionais e multinacionais, tanto por vantagens fiscais como por outras formas de benefício. Seguindo esta política, em 1971 a Prefeitura Municipal adquiriu uma área junto à Rede Ferroviária Federal e destinou-a para instalação do Distrito Industrial de Ponta Grossa, acelerando a vinda de indústrias de grande porte para a cidade. A

expansão da produção da soja fez com que o Paraná assumisse um papel de destaque no cenário internacional na produção, processamento e exportação o produto. Nesse contexto, Ponta Grossa projetou-se novamente no cenário econômico paranaense.

Além de retomar, com grande impulso, sua condição de entreposto comercial, a cidade, em função das indústrias atraídas pelo PLADEI, as quais passaram a beneficiar e estocar o soja, entrou em uma fase de grande expectativa quanto a um novo ciclo de prosperidade econômica.

Foi nessa conjuntura que a cidade viu surgir o título simbólico de “Capital Mundial da Soja”. Infelizmente, assim como o “Milagre Brasileiro” que a produziu, essa fase se caracterizou como de vida efêmera. Marcado por uma imagem de progresso vertiginoso, na verdade esse curto momento trouxe algumas conseqüências bastante negativas para a cidade, no que diz respeito às suas questões sociais. A implantação das grandes indústrias na cidade e a conseqüente ampliação da oferta de emprego tornou Ponta Grossa um pólo de atração para milhares de trabalhadores, sobretudo oriundos do interior do Paraná. Porém, nem todos aqueles que vieram para a cidade conseguiram emprego. Além disso, a excessiva oferta de mão-de-obra gerou um efeito depressivo sobre os salários pagos no mercado ponta-grossense. Ao mesmo tempo, o rápido crescimento da população produziu um aumento das demandas por parte do Poder Público local, sobretudo nas áreas de saúde pública, educação e habitação.

Já ao iniciar a década de 1960, Ponta Grossa ultrapassou a marca dos 50.000 habitantes. Neste momento sua população encontrava-se majoritariamente concentrada na área central da cidade. Nesta década, mais especificamente em 1967, o Plano Diretor de Ponta Grossa fixou diretrizes sobre o zoneamento e o loteamento urbanos, com objetivo de orientar e regulamentar a expansão da cidade. De acordo com o Censo de 1970 a população local fixada no meio urbano chegou a marca dos 100.000 habitantes. Apesar de ainda concentrada na região central da cidade, a população ponta-grossense começou a ocupar mais

densamente novos espaços.

Em 1987 foi criado o PRODESI – “Programa de Desenvolvimento Industrial” (Ponta Grossa na História Econômica do Paraná)

O rápido aumento populacional vivido por Ponta Grossa e a incapacidade do Poder Público em resolver os problemas decorrentes desse fenômeno, teve nas formas de ocupação urbana uma de suas maiores conseqüências. A área central da cidade registrou um considerável aumento populacional e uma verticalização sem precedentes. Ao mesmo tempo foram construídos diversos núcleos habitacionais periféricos, o que produziu um aumento de população em áreas isoladas no norte, noroeste e leste da cidade.

Ao iniciar o século XXI, Ponta Grossa vive um momento especial na economia, agricultura, saúde, cultura e educação, planejamento, reunindo características características estatísticas de uma cidade de porte médio. O interessante é que, ao mesmo tempo em que avança em direção à modernidade, a cidade se abre para sua gente, demonstrando o caráter democrático e plural da sociedade pontagrossense. Desta forma, a cidade está cotidianamente construindo uma nova identidade, baseada na realidade que hoje se descortina. Ao mesmo tempo, traços profundos da formação pontagrossense ainda sobrevivem. A cidade, ainda mantém a condição de um dos principais entroncamentos rodo-ferroviários do sul do Brasil, e, em função disso, continua atraindo e recebendo um expressivo número de pessoas. Ou, em outras palavras, assim como nas suas origens mais remotas, Ponta Grossa continua sendo uma “Cidade Encruzilhada”.